

## *Quem deve a quem: Financiamento Externo no Governo Lula*



Ilustração retirada do site : [http://www.sasp.org.br/jornal\\_nov\\_02/04/aviao\\_impossivel.htm](http://www.sasp.org.br/jornal_nov_02/04/aviao_impossivel.htm)

### **1. Introdução: As Instituições Financeiras Multilaterais**

Construir alternativas à atual ordem política-econômica internacional e ao círculo vicioso da dívida externa demanda um entendimento sobre o funcionamento e a evolução do sistema de financiamento global. Esse sistema, desde sua criação em 1944 durante a conferência de *Bretton Woods* em Nova Hampshire, EUA, vem perpetuando a pobreza, desigualdades e degradação ambiental. Durante essa conferência, 700 participantes de 44 países se reuniram para desenhar o curso do mundo não-comunista pós-segunda guerra. As experiências de empréstimos dos anos 1920 e 1930, a depressão global dos anos 30 e a segunda guerra mundial resultaram em propostas para uma nova 'ordem' econômica que demandaria a criação de um "fundo de estabilização" para controlar a economia internacional e um "banco para a reconstrução e o desenvolvimento". O principal argumento na mente dos norte-americanos era que os EUA iriam sofrer economicamente por consequência de fracos parceiros comerciais então teriam que reconstruir a Europa e desenvolver os países da América Latina, África e Ásia a níveis do mercado internacional; uma atividade que demandaria altos níveis de investimento.

Depois de 21 dias de conferência, os principais resultados foram a criação do:  
→ Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do

→ Fundo Monetário Internacional (FMI)

Pode-se dizer, então, que essas instituições foram basicamente um criação dos EUA e até hoje continuam sob seu domínio. O BIRD agora é a entidade mais forte do Grupo Banco Mundial hoje composto por, além do BIRD, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (CFI) - que financia o setor privado - a Agência Multilateral de Garantia de Investimento (AMGI) e o Centro Internacional de Arbitragem de Disputas sobre Investimento (CIADI). O Brasil recebe financiamento do BIRD e da CFI.

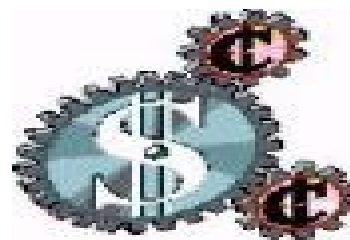
O Banco Inter-americano de Desenvolvimento (BID) nasceu em 1959 dentro da mesma lógica, também atuando sob o controle dos EUA, sendo um Banco de desenvolvimento regional.

## **2. A Dívida Externa e as IFMs**

O volume de endividamento dos chamados países do Sul é assustador como é também o ritmo do seu crescimento. Apesar da crescente arrecadação tributária em países como o Brasil, recursos para o investimento social efetivo, para além dos programas compensatórios fracassados, têm se mantido em níveis insuficientes para melhorar a vida da população. Como fruto da política econômica, os recursos existentes são alocados para pagar os juros da dívida, sem que seja levado em consideração o seu custo social.

Essa política econômica é resultado das medidas impostas pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) – Banco Mundial, FMI, BID e outras instituições financeiras nacionais de caráter transnacional como o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social. Tais exigências compreendem:

- elevação de carga tributária,
- enxugamento de gastos e investimento público,
- altas taxas de juros internos,
- privatizações,
- abertura financeira,
- superávit primários,
- liberalização cambial,
- Liberalização comercial.



Essas medidas, e outras nas áreas sociais tais como flexibilização do mercado de trabalho, têm como objetivo básico garantir o pagamento da dívida externa. Além das conseqüências já bastante conhecidas como o aumento do endividamento público, crescimento pífio ou negativo e degradação socioambiental, sustentam uma dependência dos países tomadores de empréstimos aos 'credores'. Como conseqüência dessa dependência, as IFMs implementam as condicionalidades aos empréstimos garantindo a

persistência de suas políticas. Claro que isso é possível quando tratando com governos submissos. Além disso, criam cada vez mais dívidas ilegítimas através de empréstimos que servem para sustentar o círculo financeiro da dívida e favorecer o capital financeiro sem trazer mais benefícios à população.

Embora as IFMs, principalmente o FMI, dizem ter como uma das suas funções limitar o endividamento externo imprudente elas têm autorizado processos de endividamento além da capacidade de pagamento dos diversos países. Ademais, muitas das dívidas contraídas pelos chamados países do Sul, com a cumplicidade das IFMs, ocorreram durante regimes militares ou governos encabeçados por dirigentes autoritários e corruptos responsáveis por crimes contra a humanidade tais como Carlos Salinas, Carlos Menem, Alberto Fujimori e também os governos do período da ditadura brasileira. Esses governos receberam amplo apoio do FMI com juros cobrados à vontade pelas IFMs. Durante a década de 1970, a decisão unilateral dos EUA (com o aval do FMI) de aumentarem a taxa de juros do nível histórico de 4 a 6 por cento para mais de 20 por cento em poucos meses, significou uma traição dos contratos e, além de ter forçado os países devedores a tomarem empréstimos para pagarem os juros, acarretou um pagamento extra que correspondeu à perda de R\$ 236 bilhões (com a taxa de câmbio de hoje) para a América Latina. Nesse contexto, as IFMs não podem (mas o fazem) invocar a legalidade de acordos assinados com regimes criminosos e ainda reclamar o reembolso de dívidas contraídas de forma fraudulenta com a sua estreita colaboração.

### **3. A situação do Brasil:**

O governo Lula vem mantendo as relações de subordinação e de dependência do País às IFMs e suas políticas. Além disso o foco central da política do governo atual se concentra no combate a pobreza tendo como estratégia um modelo desenvolvimentista incompatível com a sustentabilidade socioambiental. Esse modelo tem como prioridade o desenvolvimento econômico a qualquer custo através de grandes projetos de infraestrutura e da priorização da ampliação do acesso a mercados de exportações tendo o aumento do comércio como condição para o desenvolvimento.

O que o Brasil pagou de juros da dívida em 2003 foi maior do que os orçamentos dos Ministérios da Previdência (R\$110 bilhões) e da Saúde (R\$ 30 bilhões). Em 2004, os gastos com a dívida foram de R\$139 bilhões, valor maior do que o investido nas áreas sociais do governo (apenas R\$ 84 bilhões) Nos primeiros 4 meses de 2005, o pagamento de juros e encargos foi de 51,2 bilhões, ao passo que, nesse mesmo período, os gastos sociais foram de apenas R\$ 21,6 bilhões. Até setembro de 2005, os juros chegaram a R\$ 105 bilhões enquanto que o orçamento das áreas de saúde, educação, assistência social, organização agrária, segurança pública urbanismo, gestão ambiental, habitação, cultura, saneamento juntos é de R\$ 82 bilhões<sup>1</sup>.

1 Fórum Brasil do Orçamento: Cadernos para Discussão: Superavit primário, maio 2004

Em 31 de março de 2005 a dívida externa total geral era R\$ 410,9 bilhões. Desse total, a “dívida” com as IFMs era o seguinte:

<b>Organismos Internacionais</b>	<b>Total da dívida</b>	<b>Setor Público</b>	<b>Setor Privado</b>
FMI	R\$ 51,8 bilhões	R\$ 51,8 bilhões	-
Banco Mundial	R\$ 18,1 bilhões	R\$ 18,55 bilhões	R\$ 45 milhões
BID	R\$ 26,3 bilhões	R\$ 24 bilhões	R\$ 2,3 bilhões
CFI	R\$ 2,7 bilhões	-	R\$ 2,7 bilhões
Outros	R\$ 2 bilhões	R\$ 1,2 bilhões	R\$ 765 milhões
<b>Total da dívida com a IFIs</b>	<b>R\$ 100.9 bilhões</b>	<b>R\$ 95,1 bilhões</b>	<b>R\$ 5,8 bilhões</b>

Fonte: Banco Central do Brasil convertido pela taxa US\$1 = R\$ 2.23

Este valor representa aproximadamente 25% do total da dívida externa brasileira. Isso pode não parecer muito, mas o maior problema da dívida é o uso dela como instrumento de dominação, de um neocolonialismo. As IFMs nos cobram uma dívida que já pagamos várias vezes, nos emprestam recursos para que possamos pagá-la, mas para emprestar impõem condicionalidades, que resulta na implementação de políticas que geram uma dívida socioambiental impagável da qual somos os verdadeiros credores. De toda forma, com R\$ 100.9 bilhões o governo poderia, por exemplo:

- Gerar 5 milhões de empregos na agricultura (cujo custo médio por emprego é de R\$ 20 mil); e
- Assentar dois milhões e meio de famílias sem-terra - um pouco mais que metade dos sem terras no Brasil;

Vale ressaltar também que, enquanto os financiamentos para o setor público são mais altos que para o setor privado, existe uma tendência atual de os empréstimos para o setor privado aumentarem - isso com base no argumento de que os governos não estão mais dando lucro para as IFMs! Isso não quer dizer que a nossa dívida externa pública vá diminuir porque a dívida privada tem um impacto direto na dívida pública e muitas vezes é transferida para o estado. Além disso, maior financiamento do setor privado no atual modelo de “desenvolvimento” se traduz em maior dívida socioambiental cujas principais ações sendo mega-projetos de infraestrutura.

Vejam só, o fluxo de financiamento do BIRD e do BID durante o governo Lula mostra que na verdade, nosso saldo com essas instituições é negativo – pagamos muito mais que recebemos; recebemos para pagar!:

<b>ANO</b>	<b>Desembolso</b>	<b>Amortização</b>	<b>Juros e Comissões</b>	<b>Transferência (desembolso – amortização e juros)</b>
2003	5.314	8.174	2.512	-5.372
2004	4.370	7.669	1.895	-5.194
2005*	1.029	2.290	890	-2.150

\* até junho de 2005

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Gestão (SEAIN) convertido pela taxa US\$1 = R\$ 2.23

#### **4. E quanto disso vai para os programas sociais?**

Muitos dos programas sociais do governo Lula recebem financiamento externo. Isso quer dizer que estes programas sociais estão relacionados às condições impostas pelas IFM's. Em alguns, o recurso pode até ser relativamente pequeno mas as condicionalidades não. Além disso, as IFM's utilizam seu poder e influencia sobre os governos nacionais através da chamada “assistência técnica”.

Vejam alguns exemplos específicos:

<b>Programa</b>	<b>União</b>	<b>BIRD</b>	<b>BID</b>
Bolsa Família	R\$ 6.5 bilhões	R\$ 1.2 bilhões	R\$ 2 bilhões (contrato assinado)
Diversidade na Universidade	R\$ 8.9 milhões	-	R\$ 11.1 milhões
Programa de Apoio à Sustentabilidade do Projeto AIDS – AIDS III	R\$ 100 milhões	R\$ 100 milhões	-
Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural	R\$ 356.8 milhões (Estados = R\$ 44.6 milhões Beneficiários = R\$ 44.6 milhões)	R\$ 450.6 milhões	-
Projeto de Qualificação do Sistema Único de Saúde (Qualisus) – FASE 1	R\$ 166.8 milhões	R\$ 189.5 milhões	R\$189.5 milhões

Fonte: SEAIN convertido pela taxa US\$1 = R\$ 2.23

No geral, atualmente tanto o Banco Mundial quanto o BID investem mais, em termos de recursos, em projetos na área de infra-estrutura. A Tabela abaixo, de junho de 2005, mostra que o BIRD investe 30% dos seus recursos em projetos de infra-estrutura.

### Porcentagem de Recursos do BIRD em Andamento por Área:

SETOR DE INVESTIMENTO	Porcentagem
Infra-estrutura	30.15%
Proteção Social	14.09%
Educação	13.15%
Recursos Hídricos	9.32%
Meio Ambiente, Manejo do Solo e Recursos Naturais	8.66%
Saúde	7.21%
Combate a Pobreza Rural	6.41%
Desenvolvimento urbano e saneamento	5.71%
Desenvolvimento Financeiro e Fiscal	2.08%

Fonte: Rede Brasil, Carteira de projetos do Banco Mundial ([www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br))

A atual prioridade do BID é a Iniciativa de Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA), iniciativa essa que também contará com grande apoio do Banco Mundial e do BNDES entre outros financiadores. A IIRSA tem como eixos de ação: transporte; energia e comunicações que envolvem grandes obras de infra-estrutura com o objetivo de tornar a região mais competitiva no mercado internacional. Essas grandes obras envolvem a abertura e pavimentação de estradas; construção de hidrelétricas e ampliação da rede de energia (não só pela energia a qual não beneficiará quem precisa mas para tornar os rios navegáveis); construção de eclusas, entre outras.

A IIRSA está ganhando enorme impulso com base em ações do governo brasileiro, atual líder deste processo. O modelo “desenvolvimentista” deste atual governo é implementado através da atuação das empreiteiras privadas brasileiras, como a Odebrecht, e estatais, tais como a Petrobrás e do financiamento do BNDES, que deseja aplicar nessa iniciativa parte do seu orçamento de R\$ 60 bilhões, quantia 10% maior do que o orçamento do Banco Mundial. Para o governo Lula, a IIRSA é a materialização da Comunidade Sul-Americana de Nações e também, o único movimento decisivo do governo brasileiro no sentido da integração regional. A IIRSA virou sinônimo de integração.

#### **E agora?**

Para entender a influência das medidas impostas pelas IFMs no processo de endividamento, é preciso realizar uma auditoria da dívida de forma articulada em cada país, para que possamos trazer a tona a verdade sobre o processo de endividamento. As IFMs muitas vezes realizam auditoria das contas dos países tomadores de empréstimos mas não respeitam o direito do povo - diretamente impactados com o pagamento de uma dívida ilegítima - de saberem que dívida é esta, como ela cresceu tanto, quais os responsáveis e quem se beneficia com esse processo.

Precisamos acabar com as condicionalidades impostas por essas instituições, anular a dívida, e ter de volta nossa soberania. Só haverá uma mudança no rumo das relações financeiras, socioambientais e culturais, após uma análise profunda da dívida e após as IFMs assumirem as responsabilidades históricas que lhes cabem pondo-se um fim à suas imunidades quanto à processos investigativos.

#### **Dívida?**

**“NAO DEVEMOS NAO PAGAMOS; NÓS SOMOS OS CREDORES”**